

HUMANISMO CABOCLO: EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Luciano de Melo Sousa¹

RESUMO

Esta é uma análise do projeto de extensão Humanismo Caboclo desenvolvido pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) entre os anos de 2010 e 2012. Contribuir com o processo educativo de jovens do campo na grande microrregião de Pedro II (municípios de Lagoa de São Francisco, Piripiri, Sigefredo Pacheco, Pedro II e Juazeiro) é o grande objetivo do projeto. Tem como parâmetro as referências do educador Paulo Freire. Por meio de parcerias, assessoria pedagógica e práticas educativas, contribui direta e indiretamente com a formação humanista de jovens do campo. As principais atividades do projeto são: realização de dois cursos de formação de educadores jovens camponeses, acompanhamento pedagógico de educadores populares jovens; orientação de quatro projetos de iniciação científica; acompanhamento pedagógico das atividades educativas da EFA Maria da Cruz e a participação da coordenação estadual Recid-PI. Essas atividades dialogam com o anseio geral do projeto: contribuir para que todos seus participantes possam fazer escolhas que provoquem vivências plenas e livres de opressões e discriminações bem como justas e solidárias.

Palavras-chave: humanismo; educação popular; cidadania; extensão universitária; juventude do campo.

ABSTRACT

It analyzes the extension project Humanism Caboclo developed by the State University of Piauí (UESPI) between the years 2010 and 2012. Contribute to the educational process of young people in the field of large micro Pedro II (municipalities of Laguna de San Francisco, Piripiri, Sigefredo Pacheco, Pedro II and Juazeiro) is the major goal of the project. Its parameter references the educator Paulo Freire. Through partnerships, educational assistance and educational practices, contributes directly and indirectly to the humanistic education of rural youth. The main project activities are: conducting two training courses for rural youth educators, pedagogical accompaniment of popular young educators; guidance of four undergraduate research projects; pedagogical monitoring of educational activities EFA Mary of the Cross and the participation of state coordination Recid-PI. These activities dialogue with the general wish of the project: to help all participants to make choices that lead full and free experiences of oppression and discrimination as well as fair and caring.

Keywords: humanism; popular education; citizenship; university extension; youth field.

¹Professor doutor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), membro do Nupece e pesquisador sobre cultura, juventude, educação popular e extensão universitária, lucianomelo.s@bol.com.br.

1 Introdução

Este artigo apresenta o projeto de extensão Humanismo Caboclo, por meio da descrição e análise das ações e processos desenvolvidos, e ao mesmo tempo sistematiza alguns saberes construídos no decorrer de sua caminhada. Uma de suas fontes inspiradoras é a orientação do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, de 1987, que definiu a extensão como processo de permuta em que “a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional...”. Mas, ao mesmo tempo que inspira, aparece como um dos grandes desafios deste artigo: produzir conhecimento a partir da reflexão acerca das experiências deflagradas pelo dinamismo de um projeto de extensão.

Por outro lado, essa motivação de sistematização de conhecimentos surge da própria história dessa trajetória extensionista, ou melhor, do compromisso com os participantes das atividades e com suas lutas, vontades e ideias. Um projeto de extensão não atende apenas ao dever social de toda universidade em dialogar com o mundo, surge, também, a partir das reivindicações e movimentos da sociedade civil, que luta por transformações das diversas injustiças e opressões sociais. As pessoas e grupos da sociedade se articulam e movimentam-se em torno de suas lutas e reivindicam a participação de outros sujeitos sociais; a universidade é um deles.

Este artigo é também uma forma de ampliar o conhecimento e a discussão das inúmeras lutas da sociedade civil com as quais as instituições de Ensino Superior devem manter perene envolvimento.

Essa sistematização, inicia-se pela releitura do objetivo geral apontado no projeto no ano de 2012. Importante lembrar que a iniciativa já se desenvolve desde o ano de 2010, mas com a vivência

das experiências e com as reflexões decorrentes, foram revistas as suas finalidades. As principais razões do redimensionamento do objetivo geral, devem-se à própria materialidade das ações, às parcerias construídas e às trilhas percorridas por meio dos atores do projeto. À medida que se descreve e analisa sua história, justifica-se a afirmação anterior.

Contribuir com a educação de crianças e jovens da zona rural de Pedro II, Sigefredo Pacheco, Piripiri e Lagoa de São Francisco pela experimentação de ações culturais e educativas que girem em torno de suas vidas como cidadãos, como pessoas pertencentes a comunidades rurais, como sujeitos produtivos, como criadores de identidades culturais singulares e como sujeitos que lutam pela cidadania real. (SOUSA, 2012).

Essa ideia sempre ocupou a motivação geral do projeto: “contribuir com a educação de crianças e jovens da zona rural...”. Ao mesmo tempo em que interagiu com as populações da zona rural de Pedro II, mediante o desenvolvimento de pesquisa sobre o reisdado da comunidade Cipó de Baixo (objeto de tese de doutoramento), cresceu o interesse de o projeto desenvolver alguma proposta educativa com as crianças e jovens. Ao deparar com inúmeras precariedades nos campos da educação, saúde, lazer, trabalho e tantas outras, associadas com a atuação da Fundação Santa Ângela, que desenvolve atividades educativas e políticas com as populações rurais da região, cresceu a vontade ética e política de propor “ações culturais e educativas” que pudessem dialogar com aqueles atores como “cidadãos”. Apesar das atividades de pesquisa e do desligamento das atividades regulares da Universidade Estadual do Piauí¹, iniciou-se um diálogo tanto com os jovens e crianças (principalmente os primeiros) como também com entidades da sociedade civil que já atuavam com eles, para juntos desenvolverem antigas ou novas ações na luta por uma “cidadania real” experimentada por todos: os jovens e crianças, o

¹O projeto, nestes anos de afastamento, contou exclusivamente com a participação de seu coordenador. O afastamento para o doutoramento, o desligamento das atividades de ensino bem como o fato de o projeto se desenvolver em outros municípios que não o da sede do campus dificultaram o envolvimento de estudantes.

professor universitário e as entidades e seus membros.

Assim, não haverá nas próximas linhas a descrição de uma trajetória fechada: o desenvolvimento do Humanismo Caboclo é coletivo, flexível, dinâmico, inacabado e ético. Coletivo, pois compreende a parceria dos atores envolvidos, e suas ações dependem das possibilidades dos mesmos. Flexível, no sentido de que suas ações nascem das interações com os sujeitos e das necessidades identificadas na realidade. Dinâmico, pois a realidade social é desafiante e os processos políticos e educativos experimentados dialogam necessariamente com essa realidade contraditória e com atores sociais autônomos e criativos. Seu caráter inacabado ressalta o viés criativo, experimental e inconcluso: algumas ações possuem outros desdobramentos; outras serviram tão somente como tentativas e experiências; já outras intervenções demonstram o sentido profundo do projeto. Ético, à medida que busca compreender o sentido de justiça e estimular a construção de ações justas: a educação é seu principal meio.

O projeto Humanismo Caboclo não se realiza tão somente pela execução de um plano prévio e cumprimento das metas previstas. Precisa de disponibilidade para interagir, conversar, rever, recriar as proposições anteriormente construídas, animar os grupos e ser animado pelas pessoas. Como o projeto é constituído de ações diferenciadas, a metodologia de trabalho funda-se em algumas orientações gerais: participação ativa das entidades e pessoas envolvidas; reflexão crítica sobre as realidades experimentadas para posterior definição de prioridades e estratégias; exercício continuado e consistente de diálogo que, além de favorecer a compreensão dos fatos, possibilita o protagonismo de todos os participantes; avaliação permanente dos trabalhos realizados tendo em vista os objetivos traçados, os processos vividos e os resultados alcançados (em algumas ações o processo avaliativo se realiza com maior vigor, em outras é uma estratégia

em amadurecimento); revisão continuada de sentido primordial do projeto, ou seja, a humanização de seus participantes no sentido de colocar-se a serviço da emancipação de todos.

Esse exercício metodológico é uma experiência aberta porque se sabe que todo ele é um processo educativo amplo e desafiante: o que significa na prática “participação ativa”? E “reflexão crítica”? Como todos contribuem com as ações e práticas reflexivas? O “diálogo” é horizontal e criativo ou ainda se prende em modelos conservadores de conversação? O “processo avaliativo” é um exercício permanente e provocativo ou muitas vezes restringe-se a uma prática formal e estéril? A busca por “humanização” está clara para todos ou é uma procura inconsistente?

2 A exposição está organizada em três partes

A primeira parte descreve a construção das parcerias. Em seguida, há uma apresentação e análise das ações desenvolvidas. Por fim, são apresentadas considerações finais nas quais é ressaltada a fundamentação humanista do projeto.

2.1 A construção de parcerias

O caráter plástico e dinâmico do projeto tem se constituído característica fundamental para manter os diálogos com entidades e pessoas envolvidas, planejar com liberdade e capacidade de adaptação as mudanças e fatos inesperados dos processos vivenciados, estreitar as relações entre as práticas educativas e as realidades sociais com as quais estão interagindo e reinventar-se como proposta educativa, crítica e humanista. O Humanismo Caboclo persegue uma metodologia dialética capaz de fazer-se como práxis social transformadora (FREIRE, 1987).

Por essas razões, compreende a extensão

universitária como processo de diálogo com a sociedade no qual, com os movimentos sociais, discute e produz conhecimentos e intervenções sobre os problemas identificados com a sociedade. O trabalho de extensão é um processo sem tempo definido de atuação com a sociedade. Um trabalho que se renova permanentemente pela criação e reinvenção dos grupos organizados e das contradições sociais.

Logo, a extensão é compreendida como um trabalho dialético que se produz no movimento da sociedade marcado por contradições e superações. Não se busca prestar um serviço ou responder aos anseios da sociedade carente: a proposta extensionista do Humanismo Caboclo compreende uma profunda interação com pessoas, grupos e movimentos sociais, em que todos se comprometem com a construção de outras trajetórias para todos, inclusive, para a própria universidade.

Se acredita-se que essa é a trilha acertada para um trabalho extensionista, não se idealiza um processo simples e fácil. Mobilização, consciência, parceria e transformação social não são fatos triviais a serem conquistados. Pelo contrário, fazem parte de uma totalidade complexa e requerem determinação dobrada, criatividade e atenção constantes. Fazer com é bem diferente do fazer para; implica em permanente capacidade de diálogo e prolongado esforço de discussão e ação transformadoras. Não há um guia tampouco um plano fechado: são nas mediações entre os atores que são construídos os movimentos de transformação social.

Nesses três anos de Humanismo Caboclo, tem-se procurado experimentar essa vivência educativa e transformadora. As vitórias estão nas inquietações estimuladas, nas provocações vividas, nas ações realizadas, nas esperanças projetadas, nas parcerias feitas, enfim, nos desafios e movimentos vividos. Este é o grande elã do projeto.

Uma primeira direção tomada pela

coordenação do projeto foi identificar possíveis parceiros e propor atuação colaborativa. Desse modo, procurou-se a Fundação Santa Ângela, da cidade de Pedro II, com a qual já havia desenvolvido oficinas de artes e cidadania durante o ano de 2006 para o público juvenil de assentamentos rurais. Essa instituição mantém a Escola Família Agrícola Santa Ângela-EFASA no município, que oferece curso técnico em agropecuária (nível médio) e do Ensino Fundamental (sexto ao nono ano). Além disso, integra uma rede de entidades sociais denominada Recid (Rede de Educação Cidadã), um coletivo de organizações sociais populares que tem como principal missão a mobilização e formação de grupos na perspectiva da educação popular Freiriana.

A EFASA desenvolve suas ações sob a orientação da “pedagogia da alternância” (proposta pedagógica seguida pelas escolas famílias agrícolas de todo o Brasil). Essa pedagogia mantém, a cada mês, o aluno interno durante quinze dias: nos demais quinze dias ele passa com sua família (os alunos de ensino fundamental ficam de segunda à quinta-feira quando retornam para suas casas). A ideia é manter contato permanente com sua realidade, além de dialogar com suas tradições, e necessidades de suas comunidades rurais de origem. Logo, procura ser uma educação que toma a realidade do educando como base para suas práticas formativas. Assim, incentiva, também, a participação das famílias, além de fazer visitas periódicas às comunidades de origem dos seus alunos.

Além da carga horária, das disciplinas exigidas pela legislação brasileira e daquelas que contribuem com a formação agropecuária, os alunos cooperam com a sustentação das escolas (limpeza, organização, manutenção das hortas etc.). Os estudantes também participam dos “serões, que são atividades programadas de reflexão e debate sobre temas atinentes às suas vidas: a realidade do campo, cidadania, adolescência, formação profissional,

empreendedorismo rural, juventude, associativismo, educação popular, democracia, sexualidade etc. A intenção é formar cidadãos conscientes e atuantes em suas vidas e nas comunidades. A esses instrumentos pedagógico somam-se outros que fazem parte do acervo da “pedagogia da alternância” (Revista da Formação por alternância, 2006).

A sede do ensino médio técnico localiza-se na cidade de Pedro II, no bairro Santo Antônio. Já o ensino fundamental dispõe de prédio próprio na comunidade rural Lajedo, onde são mantidas atividades como criação de caprinos, hortas e plantação de flores tropicais. Além dessas instituições, há uma fazenda onde há a produção de suínos, aves e fruteiras. Todos esses locais servem para o desenvolvimento de aulas práticas com os alunos. A EFASA possui alunos provenientes de comunidades rurais de diversos municípios: Pedro II, Milton Brandão, Lagoa de São Francisco, Piripiri, Batalha, Sigefredo Pacheco, Piracuruca, Juazeiro e Campo Maior. Já a RECID, organiza-se em equipes estaduais compostas por educadores/as populares liberado(a)s (contratados) e educadore(a)s multiplicadore(a)s (voluntários). Com o objetivo de realizar processos de sensibilização, mobilização e formação com a população brasileira, sobretudo famílias em situação de vulnerabilidade social, a Rede de Educação Cidadã - Talher PI, em sintonia com a missão do Talher Nacional, desenvolve processo de articulação que envolve diversas entidades sociais e movimentos populares, promovendo a participação ativa e consciente na formulação e controle social nas políticas estruturantes de segurança alimentar e nutricional.

Em agosto de 2010, a UESPI passou a fazer parte do coletivo estadual da rede no Piauí. Esse coletivo debate, planeja e avalia as ações da rede no estado. Ela está organizada em quatro microrregionais: Teresina, Pedro II, Picos e Floriano.

2.2 O desenvolvimento das ações

As ações educativas desenvolvidas pelo projeto Humanismo Caboclo podem ser ordenadas do seguinte modo: ações diretas e indiretas, com crianças e jovens. No que consistem as “ações diretas”? Na realização das atividades: dois cursos de formação de educadores jovens do campo, em parceria com a Fundação Santa Ângela e Recid-PI; acompanhamento pedagógico de Educadores Populares formados em intervenções sócio-educativas em suas comunidades e grupos durante os anos de 2011 e 2012, por meio de oficinas e encontros de planejamento e avaliação; orientação de quatro projetos de iniciação científica, e por fim assessoria como palestrante nos encontros regionais da Recid-PI.

As “ações indiretas” compreendem o acompanhamento pedagógico das atividades educativas da EFA Maria da Cruz (da Fundação Santa Ângela) e a participação da coordenação estadual Recid-PI, como representante da UESPI.

Ambas as modalidades de ações buscam ressignificar as experiências de vida dos participantes (inclusive aqueles da própria coordenação do projeto extensionista) como cidadãos plenos: sujeitos de direitos e deveres, mas também atores sociais marcados por uma história e desafiados por fortes dilemas sociais. Por essa razão, são seres que escolhem permanentemente.

2.2.1 Curso de formação de educadores jovens do campo

A realização de dois cursos de formação de educadores jovens do campo, em parceria com a Fundação Santa Ângela e Recid-PI, aconteceram de modo diferenciado. O primeiro, ocorreu no ano de 2010, em quatro módulos intercalados, com duração total de 96 horas-aula. Foram 34 participantes,

principalmente estudantes da EFA Santa Ângela.

O segundo, dividiu-se em duas etapas: a primeira foi realizada durante o ano de 2011, com o objetivo de sensibilizar os participantes para a missão de educação popular. O primeiro curso contou, apesar da seleção feita e de ampla divulgação de seus objetivos, com a participação de jovens que não demonstraram interesse pela proposição crítica e transformadora da educação popular. A ideia foi ampliar a formação para dois anos com a intenção de no primeiro ano, discutir com os participantes os propósitos de uma educação popular emancipadora e possibilitar-lhes plena identificação. A etapa realizada no ano de 2011 compreendeu 42 horas, divididas em três módulos realizados aos finais de semana, com intervalos de dois a três meses. A carga horária da segunda etapa foi de 72 horas, em quatro módulos. Entre um módulo e outro era proposta atividade que realizava uma espécie de ponte entre si.

Como houve uma grande evasão na primeira etapa, a equipe de educadores responsável concluiu que deveria convidar outras entidades e organizações do município de Pedro II para realizar a etapa final do curso. Foram abertas vagas para as Ongs Mandacaru, Cerac e Casa de Compadre do município de Pedro II. Além delas, também se interessaram jovens do movimento hip-hop, grupo Rede do Arco-Íris (movimento LGBT), obra Kolping, educadoras da APAE e a creche Santa Úrsula.

Importante frisar que apesar dessa multiplicidade de membros de diversas entidades, não se conseguiu ampliar a equipe colegiada de organização e planejamento do curso. Nesse mesmo sentido, o coletivo de entidades da Rede de Educação Cidadã da microrregião de Pedro II, durante o ano de 2012, realizou alguns encontros (denominados “chás Freirianos”) onde foram debatidas a realidade de Pedro II, a conjuntura estadual e nacional, além de possíveis ações a serem desenvolvidas pelo coletivo.

O relato que se tem dos educadores da Recid sobre a atuação cooperada é que a rede ainda se coloca mais como ideário do que como realidade conquistada: sejam as inúmeras demandas de cada entidade e o reduzido número de pessoas das equipes, seja a dificuldade de construção de uma proposta única que una os movimentos.

O próprio coletivo que já vem organizando o curso de educadores (FSA, Recid e UESPI) também vive dificuldades para planejar coletivamente as etapas do curso e avaliar o processo: ou por problemas de agendas de seus membros ou por prioridades outras. Como já houve o curso do ano de 2010, a equipe de educadores planejou a maioria dos módulos por meio de comunicação virtual (e-mails). No entanto, o processo de avaliação tem sido prejudicado, pois o coletivo não consegue se reunir para tal intento. Acredita-se que ainda não haja uma compreensão clara dos benefícios do processo avaliativo para o coletivo. Além do processo avaliativo, outros pontos se destacam nessa trajetória. A necessidade de se insistir no processo de formação cidadã dos jovens camponeses participantes do curso. Tanto pela demanda de muitos deles como pelo reconhecimento de que a realidade do jovem camponês e de suas comunidades clama por posicionamentos de todos para uma luta por transformações profundas no meio rural piauiense e brasileiro. Nessa direção, dois dos educadores reuniram esforços para fortalecer a formação dos jovens do município de Sigefredo Pacheco. Além do curso, que contou com uma participação de seis jovens do município, foram feitas algumas oficinas durante todo o ano de 2012, na sede do município, onde foram debatidos temas como “drogas”, “sexualidade”, “agricultura familiar”, “voto consciente”, “controle popular”, “teatro político”.

Um terceiro elemento desse processo de educação popular diz respeito à sistematização das experiências e saberes construídos coletivamente.

Compreende-se que a sistematização exige de todos grandes esforços a mais. Os relatórios são importantes como registro das experiências, mas não são capazes de avaliar o desenvolvimento do trabalho, tampouco apresentar os aprendizados construídos com as experiências. Construir a sistematização desse processo de formação, pode contribuir tanto ao aprimoramento do processo formativo quanto para a produção de saberes novos sobre educação popular. O que se fez? Que processos foram desencadeados? Que orientações metodológicas podem ser apreendidas das práticas vividas? Quem são esses sujeitos que procuram investir na formação cidadã? Quais seus anseios e expectativas? E suas lições de vida (saberes acumulados pelas experiências)? O que fazer para aprimorar o processo de troca de saberes? Como essa experiência formativa dialoga com outros processos educativos? De que contexto surge o processo vivido? Estas e outras questões motivam o sentido de sistematização (JARA, 2012).

2.2.2 Acompanhamento pedagógico de educadores populares jovens

No tópico anterior foram apresentados alguns elementos desse acompanhamento pedagógico com os jovens do município de Sigefredo Pacheco. Mas também durante os anos de 2010 e 2011 foram assessorados jovens dos municípios de Piripiri (dois grupos), Pedro II (três grupos), Lagoa de São Francisco (um grupo) além de outras iniciativas que não puderam ter continuidade. Essas experiências evidenciam que é bastante complexa a ação de assessorar movimentos sociais da juventude camponesa, ainda mais, quando se trata de jovens com pequena caminhada organizacional e política: os jovens acompanhados possuem entre dezesseis e vinte e um anos e, na sua grande maioria, faz parte de grupos de jovens da igreja católica. Em geral, lutam por animar os jovens de suas

comunidades com atividades educativas, recreativas e culturais. Ainda são inconsistentes seus trabalhos com parcerias e lutas por demandas mais amplas da própria juventude ou de suas comunidades. Têm dificuldades em se perceberem como atores políticos capazes de pensar os jovens como sujeitos de direitos e provocadores de políticas públicas para os coletivos dos quais fazem parte.

Por essa razão, foi identificada uma grande necessidade de discussão e reflexão mais sistemática dos jovens sobre eles mesmos, a conjuntura social e política e mecanismos de organização. As parcerias com a EFA Santa Ângela e Recid, de Pedro II foram muito importantes, pois além de garantir espaço de realização das reuniões de planejamento (sede da EFA Santa Ângela), contribuíram com sua equipe de educadores para discutir ações de assessoria e o próprio espaço socioeducativo onde estudam e convivem os jovens educadores sociais. Como são jovens que se dividem entre atividades escolares, estágios nas fazendas da EFASA, vida pessoal e comunitária, há a necessidade de um apoio formativo que os façam refletir de modo mais sistemático sobre seus caminhos e trajetórias político-comunitárias.

Alguns grupos demonstram maior capacidade de organização e sistematização de suas reivindicações. Conseguem realizar palestras, oficinas, encontros e atos políticos como marchas para reivindicar maior atenção para as comunidades e jovens do campo, ocupação de estrada para reivindicar o asfaltamento de rodovia, denúncia ao ministério público sobre a má qualidade do transporte escolar. São essas experiências que sinalizam o quanto a assessoria pedagógica e política aos movimentos sociais de jovens podem contribuir com as trajetórias desses atores políticos.

O Humanismo Caboclo procura fazer-se presente para fortalecer a percepção como cidadãos vivos no processo de construção de uma sociedade justa e solidária.

2.2.3 Orientação de quatro projetos de iniciação científica

Os projetos de iniciação científica nasceram de um curso ministrado pelo coordenador do projeto, durante o ano de 2010, denominado “Sociologia Cabocla”. Seu objetivo era provocar uma reflexão sobre aqueles sujeitos que faziam o curso técnico, suas comunidades e perspectivas de futuro para os cidadãos do campo. Em meio às atividades desenvolvidas pela escola, foi lançado o edital do PBIC Jr². Instigados, três jovens apresentaram propostas de pesquisa: “Perfil sócio-político da juventude de Lagoa do Sucuruju (Pedro II)”, “Avaliação do plantio de pimenta malagueta na agricultura familiar” e “Produção de favos de mel em recipientes de vidro dentro da agricultura familiar”. A partir dessas pesquisas foram convidados outros 16 alunos que se somaram à caminhada investigativa (SOUSA, 2013).

Além das conclusões da pesquisa, ficaram algumas experiências valiosas: primeiro, a atividade em equipe é um exercício aberto, desafiante e necessário para o desenvolvimento humano; segundo, o planejamento e o monitoramento das atividades propostas demonstraram que esses elementos são fundamentais para a preparação e acompanhamento de um trabalho produtivo, ainda mais numa área tão difícil e com tão poucos recursos como a agricultura familiar; terceiro, aprendeu-se que uma universidade pode e deve contribuir com o desenvolvimento da educação escolar. Para tanto, precisa discutir com as escolas os caminhos possíveis que a sociedade brasileira disponibiliza para o desenvolvimento da educação formal, e por outro lado, as universidades têm que se esforçar mais para contribuir com o ensino escolar; quarto, as experiências de aprender e construir saberes superam as paredes da sala de aula e os próprios muros da escola – alunos, professores, pedagogos, pais e demais cidadãos comprometidos podem experimentar

trajetórias livres e inovadoras no universo da educação; quinto, a conclusão de que a consciência social e política dos jovens é um projeto infinito que requer esforço, determinação, flexibilidade e muito amor à vida coletiva.

Nos anos de 2011 e 2012 construiu-se o projeto de pesquisa “Educação popular e juventude – experiências de protagonismo social no campo”. O projeto envolveu quatro experimentos de pesquisa – protagonizados por alunos da EFASA em suas respectivas comunidades nos municípios de Lagoa de São Francisco, Pedro II, Piri-piri e Sigefredo Pacheco. As experiências voltaram-se para a animação e mobilização político-social dos jovens dessas comunidades: foram organizados palestras, festas, campeonatos de futebol, participação em festejos comunitários, encontros com jovens, iniciativa de criação de uma horta comunitária etc. Pelo registro das atividades feitas, observa-se um avanço na compreensão do que seja um processo de Educação Popular: pela qualidade dos planejamentos, esforço de compreensão conjuntural, participação maior dos jovens envolvidos, construção de parcerias nas comunidades, provocação de novos olhares e atitudes dos envolvidos etc. Os jovens continuam suas lutas em suas comunidades depois da pesquisa.

2.2.4 Acompanhamento pedagógico das atividades educativas da EFA Maria da Cruz

A EFA Maria da Cruz oferece o ensino fundamental do sexto ao nono ano. Situa-se na comunidade rural Lajedo, município de Pedro II. Além das atividades formais de ensino, desenvolve outras atividades educativas: serão, mística do café da manhã, noite cultural, noite de celebração, festas da escola (“festa da família”, “festa junina”, “festival de cultura”), utilização da biblioteca e Cine Efamc. São atividades coordenadas por monitores e contam com a colaboração voluntária de alunos da escola.

²Iniciativa da Fapepi (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí) em parceria com o Cnpq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Além da formação humanista, cidadã e espiritual, são oportunidades para trocas e integração social de todos. A ideia do projeto foi acompanhar essas atividades pela prática sistemática de planejamento, avaliação e reflexão sobre os sentidos propostos para cada uma delas. Durante o ano de 2011, houve reuniões mensais entre o coordenador do Humanismo Caboclo e a equipe de monitores, com duração média de duas horas e meia. Já durante o ano de 2012, com o progresso do trabalho, ocorreram reuniões bimestrais.

Esse progresso é constatado por algumas conquistas. A primeira, diz respeito ao estreitamento das relações entre os membros da equipe, o que facilita o diálogo, o comprometimento e o relacionamento fraterno entre todos. A confiança e a comunhão de interesses foram fundamentais para a contínua consolidação do trabalho.

Uma segunda dimensão do progresso do trabalho se observa na compreensão mais clara dos propósitos de cada atividade pedagógica, modos de realizá-las e no próprio compromisso de todos os envolvidos. Dois grandes indicadores demonstram esse amadurecimento. Primeiramente, o fato de todos se apropriarem dos instrumentais de planejamento e efetuarem o registro informatizado dos mesmos. Se no início eram somente manuscritos os registros dos planos de ações e avaliações (serões, místicas e noites cultural e espiritual), houve um esforço e apesar de um único computador, já se mantém na escola a memória das atividades em arquivos digitais. Avançou-se muito na sistematização das informações, experiências e conhecimentos acumulados pela escola.

Um segundo indicador, diz respeito à incorporação de técnicas de planejamento, avaliação e registro de modo mais sistemático das demais atividades da escola. Definiu-se uma reunião mensal entre todos os professores das disciplinas formais da escola, os monitores e o diretor da escola: ao mesmo tempo em que discutem os problemas cotidianos da

escola, planejam e avaliam. Também foi iniciado o processo de registro dessas reuniões por meio de atas.

O processo de memória das ações pedagógicas da EFAMC, que ora se estrutura, já vem favorecendo o trabalho educativo da escola: documentação das atividades, dinamização das avaliações, reconhecimento de responsabilidades, gestão mais eficiente, entre outras melhorias. É certo que o grupo enfrenta dificuldades e resistências. Contudo, compreendeu a relevância de empreender algum tipo de registro dos planos e ações desenvolvidas.

2.2.4 Participação da coordenação estadual Recid-PI

Paulatinamente, ocorre um estreitamento das relações com a Rede de Educação Cidadã do Piauí-RECID-PI. Trabalhar com a equipe de educadores contratados pelo Talher Nacional e o grupo de voluntários tem sido uma experiência muito provocativa para o educador e pesquisador da Uespi, o qual coordena esse projeto extensionista. Tem havido ricas oportunidades de trocas de saberes, experiências educativas além de convivências profundamente humanas e provocativas. A academia possui muitos deveres sociais em relação à sociedade: as vivências humanistas com essa rede de educadores populares do Piauí têm estimulado o cumprimento de algumas dessas obrigações sociais. Por outro lado, a universidade faz-se presente no cotidiano de pessoas que, sem a mediação de projetos extensionistas, jamais tomariam conhecimento real do que seja uma universidade e de como ela pode interagir com a sociedade civil organizada.

3 Considerações finais

O Humanismo Caboclo motiva a consciência

da realidade para que homens e mulheres possam fazer escolhas que provoquem vivências plenas e livres de opressões e discriminações. Como projeto educativo, deseja mais do que educar: procura suscitar experiências em que seus participantes possam se apropriar dos significados possíveis, livres de repressões e limitações da criação humana emancipadora e criadora de relações justas e dignas.

Esse princípio dialoga com a perspectiva de Paulo Freire, de uma pedagogia do oprimido. Como bem definido por Freire, a humanização é nossa vocação de “ser mais” – “... anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (1987, p. 30). Com propriedade assim descreve o documento final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, “extensão é um trabalho social que visa a ‘transformação’ da sociedade.”

Por essa razão, não se trata de um processo linear e pragmático: caminha-se em meio a incertezas e incompletudes. São propósitos que se articulam em ações e num sentido maior de existir no mundo. Neste navegar incerto, mas com propósito claro e firme, desenham-se as atividades extensionistas do Humanismo Caboclo.

Referências

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t1111.pdf>. Acesso em: 09/01/2013.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JARA, Oscar H. **Como sistematizar? Uma proposta em 5 tempos**. Disponível em: http://www.programacapivara.org/downloads_files/texto_oscar_jara.pdf. Acesso em 04/12/2012.

LIMA, Paulo Costa. Formação cidadã, reforma curricular e extensão universitária in: **XXVI Fórum Regional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Regional Nordeste (Anais)**. Natal: Edufrn, 2002.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária como trabalho social útil**. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_ext_trabalho_social.pdf. Acesso em: 10/01/2013.

EMBRAPA/UNEFAB. União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil, **Revista da Formação por Alternância**, volume 2, n. 1. Brasília, 2006.

SOUZA, Luciano de Melo. Relatório anual do projeto Humanismo Caboclo (2012). Teresina: mimeo, 2012.

_____. **Educação no campo e extensão universitária: um relato sobre projetos de iniciação científica**. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/.../3006. Acesso em: 06/03/2013.

SOUZA, João Francisco de. **A atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre a educação na diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2002.

Recebido em: 06/03/2013

Aprovado em: 12/11/2013